

PARECER Nº /2009

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32/2009

AUTOR: VEREADOR THIAGO MARTINS

RELATOR: VEREADOR OLÍMPIO ANTUNES

### 1. Relatório

O Projeto de Decreto Legislativo nº 32/2009 é de iniciativa do nobre Vereador Thiago Martins e tem o fito de conceder o título de Cidadania Honorária Unaiense ao Senhor Paulo Roberto Oliveira Mendes.

O pleito tem fundamento na vasta folha de serviços prestados pelo homenageado ao Município de Unaí que pretende informar o nobre o autor por meio dos autos.

Recebido em 9 de novembro de 2009 pelo nobre Presidente Vereador Euler Braga, foi ainda, por este, distribuído à esta Douta Comissão a fim de receber a análise prevista no artigo 102, I, “a”, “g”, “i” e “k” do Regimento Interno. Seguiu-se a designação deste Relator, em 12 de novembro do corrente, que passa a discorrer.

### 2. Fundamentação

De acordo com o disposto no artigo 102, I, do Regimento Interno, cabe a esta Comissão a análise da matéria sob comento nos seguintes aspectos que se transcreve a seguir:

- a) manifestar - se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;*
- g) admissibilidade de proposições;*
- i) técnica legislativa de todas as proposições do processo legislativo;*
- k) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e no mérito acerca de projetos de concessão de honrarias;*

Em estrito cumprimento ao disposto no art. 220 da Resolução 195, de 1992, modificada pela Resolução nº 537, de 21 de dezembro de 2004, esta Comissão passa a ter competência também para a apreciação do mérito da proposição em destaque.

Vencido qualquer óbice quanto à competência desta Comissão para a análise que se prossegue, cabe a análise da iniciativa do nobre Autor em face dos requisitos legais. É fixado em dois o número de projetos de decreto legislativo a ser subscrito por cada autor destinado a conceder o título de cidadania honorária unaiense em cada sessão legislativa ordinária. Entretanto, é vedada a entrega do título nos 90 (noventa) dias anteriores às eleições municipais. O nobre Autor juntou declaração de fls. 7, subscrita pela Servidora Arionilda Caixeta da Silva Braga que afirma estar o Autor desimpedido para apresentar a homenagem sob comento, bem como o homenageado também não detém o Título de Cidadania Honorária Unaiense de acordo com a mesma declaração.

Afirma-se, assim, diante do exposto, que o Ilustre Autor possui igualmente a necessária competência para dar início à proposição aqui analisada, uma vez que a iniciativa desta matéria é concorrente do Prefeito, de qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ou, finalmente, de sua Mesa Diretora.

A concessão de títulos de cidadania honorária pelo Poder Legislativo de Unaí é regulamentada, atualmente, pela Resolução nº 516, de 03 de dezembro de 2003, modificada pela Resolução nº 525, de 28 de maio de 2004, que instituiu o Código de Homenagens da Câmara

Municipal de Unaí.

Para o recebimento de proposição que versa sobre concessão de título de cidadão honorário unaiense, necessário se faz que o autor da matéria a instrua com o *curriculum vitae* do pretenso homenageado, exigência esta que foi prontamente atendida, conforme documento de fls. 5.

Já no que tange à efetiva concessão, é imperativo que o cidadão a ser contemplado com tal honraria, conforme disciplina o art. 2º e seus parágrafos da citada Resolução nº 516/2003, demonstre, através de provas, que o outorgado tenha prestado serviços e atividades relevantes ao Município.

Conforme pode ser observado, diligenciou o Digno Autor em trazer junto à proposição destacada o sucesso da carreira profissional do homenageado e a sua eficiente atuação no Município de Unaí (fls.6), nos seguintes termos:

*Paulo Roberto Oliveira Mendes nasceu em Carmo do Paranaíba, em 4 de fevereiro de 1950, filho de Manoel Eugênio Mendes e Zilda Laura de Oliveira, passou a sua infância na cidade onde nasceu. Estudou em Pará de Minas, Belo Horizonte, Uberlândia e em Brasília, onde cursou Administração de empresas na Universidade de Brasília – UNB. Mudou-se para Unaí em julho de 1982, onde adquiriu a empresa Norvesa em sociedade com seu cunhado, o João da Santa Izabel. Trabalhou arduamente e fez com que esta empresa crescesse e se tornado uma das mais conceituadas empresas do Noroeste de Minas, haja vista que depois de alguns anos abriu-se uma filial na cidade de Paracatu.*

Do Projeto de Decreto Legislativo nº 32/2009 observa-se que o Senhor Paulo Roberto Oliveira Mendes atende as exigências legais, sendo ele natural de Carmo do Paranaíba – MG e residente em Unaí desde 1982.

Quanto ao mérito, dúvida não resta de que o Senhor Paulo Roberto Oliveira Mendes é merecedor da perseguida honraria ponderando-se a sua importante contribuição para a sociedade unaiense na área de revenda de veículos e na atuação social junto aos clubes de serviços, conforme comprova o seguinte trecho do seu biografia (*curriculum vitae*), às fls.5:

*De uma pequena revenda, a  
sua empresa se transformou e fez parte da historia de Unai.  
Em casa, sempre foi um pai exemplar e um marido companheiro. Criou os seus  
filhos em Unai,  
estudando em escolas da cidade.  
Participou da fundação da APAE, como um dos diretores fundadores. Sempre  
apoiou entidades carentes  
da cidade.  
Em 2006, se tornou sócio da Mega Veículos onde levou consigo toda a  
experiencia de muitos anos no  
mercado e também continuou a atender seus clientes que sempre confiaram nele  
para adquirir seus  
veículos.*

No tocante à Apae de Unai, urge trazer a lume que a atual presidência dessa relevante entidade, na pessoa da Senhora Sebastiana de Sousa Coimbra, pronunciou-se a respeito do homenageado (fls.6), nos seguintes termos:

*Declaramos para os devidos fins que o Sr. Paulo Roberto de Oliveira Mendes presta relevantes serviços a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Unai, desde 1985, participando como membro fundador desta entidade. É digno de louvor o seu envolvimento com a causa da pessoa portadora de deficiência , contribuindo ativamente na luta pela inclusão social. Unai-MG, 23 de outubro de 2009.*

Diante do exposto, após a tramitação normal da matéria por esta Câmara Legislativa, com a sua aprovação, deverá o Projeto de Decreto Legislativo nº 32/2009 retornar a esta Comissão para que seja dada forma à matéria e para correção de eventuais erros de

linguagem, defeitos ou erros materiais, em conformidade com o disposto no art. 275 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

As exigências contidas na Resolução 516, de 2003, foram atendidas pelo Nobre Autor, conforme faz certa a documentação acostada aos autos, não havendo, quanto aos aspectos de ordem constitucional, legal, jurídico e regimental, qualquer óbice para que seja a proposição sob análise aprovada por esta Casa Legislativa.

### 3. Conclusão

**Ante o exposto**, pelos motivos fáticos e jurídicos e salvo melhor juízo, dou pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 32/2009, bem como pela *oportunidade e conveniência* do mesmo.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 18 de novembro de 2009.

**VEREADOR OLÍMPIO ANTUNES**  
**Relator Designado**